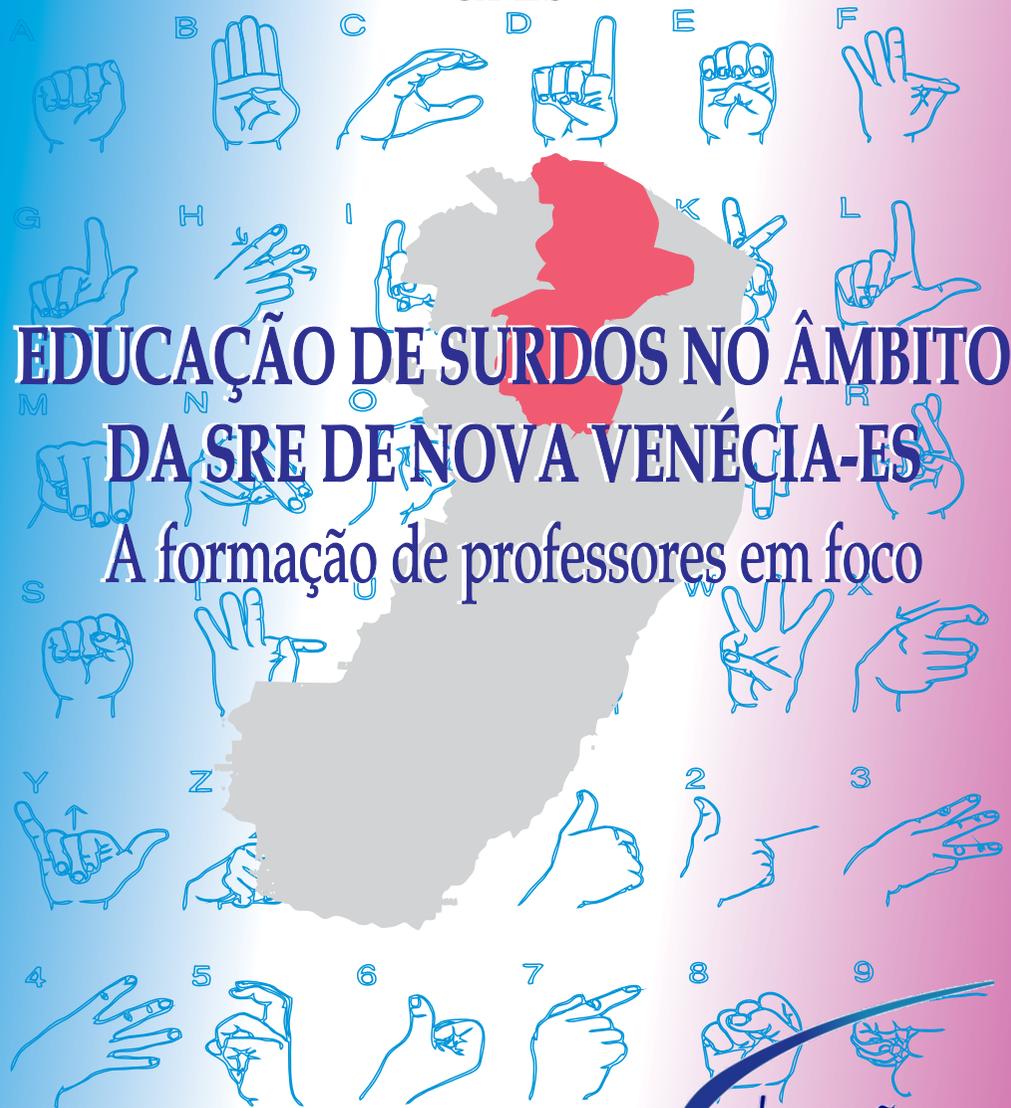




UFES



# EDUCAÇÃO DE SURDOS NO ÂMBITO DA SRE DE NOVA VENÉCIA-ES

## A formação de professores em foco

LARA REGINA CASSANI LACERDA  
ALEXANDRO BRAGA VIEIRA

educação

mestrado profissional  
ppgmpe/ufes

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL  
EM EDUCAÇÃO - PPGMPE

**REINALDO CENTODUCATTE**

Reitor

**ETHEL LEONOR NOIA MACIEL**

Vice-Reitora

**NEYVAL COSTA REIS JUNIOR**

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

**CLÁUDIA MARIA MENDES GONTIJO**

Diretora do Centro de Educação

**ROGÉRIO DRAGO**

Vice-Diretor do Centro de Educação

**ALEXANDRO BRAGA VIEIRA**

Coordenador do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional de Educação

**TÂNIA MARA ZANOTTI GUERRA FRIZZERA DELBONI**

Coordenadora Adjunta do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional de Educação



UFES



# Sumário

- 5 Apresentação
- 7 Introdução
- 8 O processo de pesquisa
- 10 O campo de pesquisa
- 12 O curso
- 14 **Módulo 1**  
Direito à educação e escolarização: diálogos com as legislações vigentes e a difusão da Libras nas escolas
- 18 **Módulo 2**  
Alfabetização de surdos na escola comum: abordagem da Libras e da Língua Portuguesa na escolarização de surdos
- 22 **Módulo 3**  
Redes de apoio: articulação do AEE com a sala de aula, as atribuições e contribuições na escolarização dos surdos
- 26 **Módulo 4**  
Currículo, práticas pedagógicas e avaliação: desafios e tensões na escolarização de surdos
- 30 Algumas considerações
- 31 Referências

Este material compõe o Produto Educacional do estudo denominado **EDUCAÇÃO DE SURDOS NO ÂMBITO DA SRE DE NOVA VENÉCIA-ES: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM FOCO**, de autoria de Lara Regina Cassani Lacerda, para obtenção do título de Mestre em Educação, no Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES.

É fruto de um processo de investigação, que buscou compor uma dissertação de mestrado, com objetivo de compreender criticamente as possibilidades e os desafios que atravessam a escolarização de surdos em escolas jurisdicionadas à Superintendência Regional de Educação de Nova Venécia-ES, e, por meio das narrativas dos sujeitos atuantes nas escolas e na própria instituição, sistematizou-se um levantamento de elementos essenciais à formação continuada dos profissionais da Educação, base de elaboração do produto educacional.

O produto educacional se materializa por meio de uma proposta de formação (curso), com carga horária de 130 h, composto, colaborativamente, com os sujeitos envolvidos na investigação. Por meio da análise das narrativas dos profissionais da Educação atuantes na Superintendência Regional de Educação de Nova Venécia-ES, o curso se organiza em quatro módulos:

**MÓDULO 1** Direito à educação e escolarização: diálogos com as legislações vigentes e a difusão da Libras nas escolas.

**MÓDULO 2** Alfabetização de surdos na escola comum. Abordagem da Libras e da Língua Portuguesa na escolarização de surdos.

**MÓDULO 3** Redes de apoio: articulação do AEE com a sala de aula, as atribuições e contribuições na escolarização dos surdos.

**MÓDULO 4** Currículo, práticas pedagógicas e avaliação: desafios e tensões na escolarização de surdos.

A pesquisa dialogou com a sociologia do conhecimento de Boaventura de Sousa Santos (2006, 2007, 2010), Philippe Meirieu (2002, 2005) e autores do campo da Educação Especial e da surdez. A elaboração desse material visa cumprir uma das exigências do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação da UFES, porém, vai muito além do atendimento a este requisito, buscando, por meio da pesquisa implicada, colaborar com a formação dos profissionais que atuam com alunos surdos nas escolas jurisdicionadas à SRE de Nova Venécia-ES, via formação continuada.

Sendo assim, a dissertação e o produto educacional se interpenetram, pois buscam compor conhecimentos alternativos para se fortalecer o direito à Educação como público e subjetivo para estudantes surdos, bem como o direito à formação continuada para os profissionais da Educação, conforme prescrevem a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/96.

Assim, o presente produto educacional destina-se a todos os interessados pela temática, sobretudo os profissionais atuantes na educação de surdos, escolas e sistemas de ensino que se veem desafiados a garantir o direito à Educação para esses estudantes e capacitar seus profissionais para que possam potencializar seus saberes-fazeres no contexto da educação de surdos.



Aluna surda e sua instrutora de Libras na passeata sobre a conscientização dos direitos da pessoa com deficiência – São Gabriel da Palha-ES.

## A AUTORA



**Lara Regina Cassani Lacerda**

Graduada em Educação Física pela ESFA (2006) e Especialista em: Educação Física Escolar (2010); Educação Especial e Inclusão Sócio-Educativa(2011); Tradutor/Intérprete de Libras (2012) e; Docência no Ensino Superior (2017), além de Mestranda em Educação pela UFES (2019). Atualmente é professora efetiva de Educação Física – SEDU – e desenvolve pesquisas no âmbito da formação de professores em Educação Especial e na Educação de Surdos.

## O ORIENTADOR

**Alexandro Braga Vieira**

Professor Adjunto do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo - Departamento de Educação, Política e Sociedade (DEPS). Professor e Coordenador do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação (Ufes). Graduado em Letras (2001) e Pedagogia (2012) e especialista em Administração Escolar (2002) e em Atendimento Educacional Especializado (2012). Mestre (2008), Doutor (2012) e Pós-Doutor (2015) em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo. Desenvolve pesquisas no âmbito da Educação Especial nas áreas de formação docente, políticas públicas, currículo, atendimento educacional especializado e práticas pedagógicas inclusivas.



# Introdução

A inclusão de estudantes surdos nas escolas de ensino comum é a representação das conquistas e do reconhecimento do direito à Educação para essa população de alunos, fruto de lutas firmadas pelos movimentos sociais que reafirmam os direitos desses sujeitos como cidadãos.

O direito à Educação para os surdos sustenta-se em várias normatizações, ganhando destaque, a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº. 9.394/96, a Lei nº. 10.436/2002 (que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais) e o Decreto 5626/2005 (que regulamenta a Lei 10.436). Essas legislações contribuíram para que o aluno surdo fosse assumido enquanto cidadão capaz de participar dos processos de ensino-aprendizagem, sem prejuízos ou exclusão.

Os processos de inclusão necessitam de políticas públicas e novas possibilidades de organizar as unidades de ensino, pois eles não se realizam somente pela via da matrícula e da presença desses alunos nas escolas comuns, sendo necessárias condições de permanência e transformações no pensar e agir da/na escola para que os alunos se apropriem de sua língua materna (Libras), da Língua Portuguesa na modalidade escrita (segunda língua) e dos demais conhecimentos que compõem os currículos escolares.

Para tanto, o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, defende que as escolas devem oferecer aos estudantes surdos o direito de acesso aos currículos escolares com apoio do atendimento educacional especializado (AEE), compreendido como atividades de tradução/interpretação da língua falada e escrita para a Libras, além de atendimentos complementares para acesso aos conteúdos curriculares, a compreensão da língua portuguesa e ainda apropriação e/ou ampliação da sua língua própria.

Por isso, é oportuno entender que a atuação de profissionais da área da surdez se torna significativa quando realizada de forma colaborativa com os docentes regentes de classe. Diante disso, o direito à Educação pelos alunos surdos faz refutar a importância de se garantir aos educadores o direito à formação continuada para que possam ampliar seus saberes-fazer e compor práticas pedagógicas mais inclusivas, fortalecendo, assim, as redes de apoio e as ações colaborativas no interior das escolas.

Os processos formativos podem ajudar os professores a reverem suas práticas, articularem seus saberes-fazer com a equipe do atendimento educacional especializado e planejarem ações colaborativas para que os surdos possam acessar os conhecimentos mediados nos cotidianos escolares, pois, como nos alerta Meirieu (2002, p. 34), a busca por novos saberes nos proporcionam “[...] descobrir novos meios para que a educação seja um lugar de partilha e não de exclusão”.

Os investimentos na formação continuada de professores se colocam como alternativas para os docentes conjugarem o direito à igualdade e à diferença. Para Santos (2010) temos o direito à igualdade, quando a diferença nos inferioriza e temos direito à diferença, quando a igualdade nos descaracteriza. Assim, encontramos o acolhimento das diferenças, sem descaracterizar o sujeito e reduzi-lo a uma condição específica e sim respeitá-lo, compondo a acessibilidade necessária para que ele seja contemplado no planejamento e na organização escolar.

Dessa forma, o presente produto educacional busca compor ligações entre a Educação de surdos, a formação docente e a escola inclusiva, trazendo novos possíveis para se estabelecer olhares mais prospectivos sobre a defesa de uma escola para todos e a importância da formação continuada para os professores, em especial, sobre o processo de inclusão do aluno surdo.

# O processo de pesquisa

Para se chegar às necessidades formativas apontadas pelos profissionais da Educação que atuam em escolas e na própria Superintendência Regional de Educação de Nova Venécia-ES, no contexto da escolarização dos surdos nas escolas comuns, trabalhou-se com a consulta documental, a composição de momentos de formação continuada, a realização de grupos focais e entrevistas semiestruturadas.

Sobre a consulta documental, Lüdke e André (1986, p. 39) ponderam que “[...] os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto”.

Os processos de formação continuada em contexto colaboram com a atualização e o pensar/repensar da prática de acordo com a realidade vivida, garantindo o direito de aprender dos professores visando uma atuação mais significativa. Por isso, Jesus (2006, p. 204) destaca “[...] como princípio básico a necessidade de preparação dos profissionais da educação para uma prática reflexivo-crítica para a inovação e a cooperação, não só em termos de formação inicial, mas também de formação continuada”.

O grupo focal, para Vergara (2004), é apropriado para se buscar analisar as explicações particulares dos sujeitos envolvidos, as justificativas sobre suas escolhas e modos de ação, levando em consideração o contexto, as experiências, as ideias e posicionamentos frente à temática em questão, proporcionando informações com riquezas de detalhes e que podem ser dialogadas.

O grupo focal permite o entrecruzamento de ideias, o diálogo entre sujeitos, a reflexão conjunta, pois a análise de uma pessoa vai se encontrando com a da outra, permitindo que

pensamentos se traduzam, se estranhem e se complementem, levando o pesquisador a compreender a complexidade existente no campo analisado, por meio de múltiplas colaborações. Por isso, o grupo focal pode ser entendido como um grupo de pessoas com as quais o pesquisador discute sobre o assunto a ser investigado, “[...] de modo a obter mais informações sobre ele, dar-lhe um foco, um afinilamento, bem como uma direção ao conteúdo dos instrumentos de coleta de dados (VERGARA, 2004, p. 56).

Já as entrevistas semiestruturadas, permitem ao pesquisador compor uma rede dialógica com o entrevistado, levando um roteiro que se mostre flexível, permitindo que outras perguntas sejam utilizadas (LUDKE; ANDRÉ, 1986). Os sujeitos pesquisados, ao narrarem os fatos questionados, vivenciam processos de reflexão crítica das questões vividas e buscam compor alternativas para enfrentamento daquelas que se constituem no tempo presente. É uma rica alternativa de formação em contexto.

Os momentos formativos – palestra e grupo focal – foram compostos por técnicos pedagógicos e supervisores escolares da SRE, pedagogos, coordenadores e as equipes do AEE, que atuam nas escolas vinculadas à SRE de Nova Venécia. Para a palestra, contamos com a presença de 54 (cinquenta e quatro) pessoas, como destacamos no quadro a seguir de acordo com as funções desempenhadas.

**Quando o foco é a formação de profissionais docentes, o contexto do vivido é tomado como compromisso ético-político do grupo e trabalha-se no sentido de mudança percebida como necessária para a transformação, num movimento simultâneo de emancipação dos sujeitos e das condições vividas, pela via do conhecimento-crítico dos contextos individuais e sociais. (JESUS, 2008, p. 150)**

**Sujeitos participantes da palestra sobre: Atendimento Educacional Especializado e Inclusão Escolar: movimentos instituintes, possibilidades e desafios.**

PARTICIPANTES DA PALESTRA	
FUNÇÕES DESEMPENHADAS	REPRESENTANTES
Pedagogos	18
Supervisor Escolar SRE-NV	5
Técnica Pedagógica SRE-NV	1
Supervisor Escolar	2
Professores do AEE	13
Instrutores de Libras	3
Intérpretes de Libras	9
Coordenador de turno	1
Diretor APAE	1
Coordenador do AEE no município	1
<b>TOTAL</b>	<b>54 representantes</b>

Fonte: A pesquisadora

Para a composição do grupo focal, contamos com os profissionais do AEE e pedagogos das 11 (onze) escolas que possuem a matrícula de estudantes surdos, além da presença de uma técnica pedagógica e uma supervisora escolar da SRE, compondo um total de 34 (trinta e quatro) participantes, como destacamos na tabela abaixo:

**Sujeitos envolvidos no Grupo Focal**

PARTICIPANTES DO GRUPO FOCAL	
FUNÇÕES DESEMPENHADAS	REPRESENTANTES
Pedagogos	7
Professores AEE na área da surdez	10
Intérpretes de Libras	12
Instrutores de Libras	3
Técnica pedagógica	1
Supervisora pedagógica	1
<b>TOTAL</b>	<b>34 representantes</b>

Fonte: A pesquisadora

Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com outras pedagogas em atuação no órgão central (SRE). A coleta dos dados foi realizada de março a dezembro de 2018, por meio de princípios éticos e respeitados os trâmites da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo. Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.



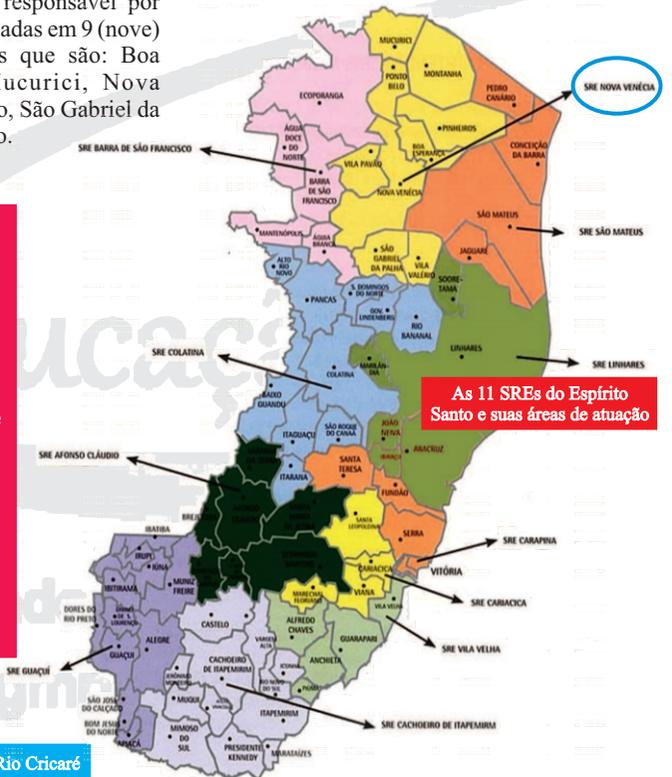
**Formação com os profissionais atuantes na educação de surdos da SRE / Nova Venécia-ES.**

# o campo de pesquisa

A Rede Estadual de Ensino do Espírito Santo conta com um órgão central (SEDU) e 11 Superintendências Regionais de Educação que tem a incumbência de contribuir com a gestão dos processos educativos/políticas educacionais implementadas nas escolas estaduais localizadas nos 78 municípios capixabas. Além disso, acompanha/inspeciona o trabalho de escolas da rede privada de ensino.

A presente pesquisa desenvolveu-se no âmbito da Superintendência Regional de Educação de Nova Venécia-ES, onde está localizada, uma das Superintendências Regionais de Educação do Estado do Espírito Santo, por sua vez responsável por jurisdicionar as escolas localizadas em 9 (nove) municípios a ela vinculados que são: Boa Esperança, Montanha, Mucurici, Nova Venécia, Pinheiros, Ponto Belo, São Gabriel da Palha, Vila Pavão e Vila Valério.

**Segundo o Censo Escolar 2018 – SEDU/GEIA/SEE, a referida Superintendência, no ano de 2018, responsabilizou-se por um total de 72 escolas, distribuídas entre os 9 (nove) municípios, sendo que, desse total de escolas, 54 (cinquenta e quatro) pertencem à Rede Estadual. Para uma melhor visualização, apresentamos, na tabela a seguir, a quantidade e a descrição das escolas atendidas e supervisionadas por essa superintendência em sua área de abrangência.**



**As 11 SREs do Espírito Santo e suas áreas de atuação**

**Cidade de Nova Venécia atravessada pelo Rio Cricaré**



## Escolas jurisdicionadas pela Superintendência Regional de Educação de Nova Venécia-ES.

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
12	Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio*
02	Escola Estadual de Ensino Fundamental*
05	Escola Estadual de Ensino Médio*
02	Centro Estadual Integrado de Educação Rural*
02	Escola de Tempo Integral*
13	Escola de Assentamento*
18	Escola Uni/Pluridocente*
6	Escola Privada
7	Centro de Atendimento Educacional Especializado
5	Escola Família Agrícola
<b>72 escolas atendidas pela SRE-NV no total</b>	

\*Escolas Estaduais, totalizando 54 (cinquenta e quatro) escolas.  
Fonte: Documentos fornecidos pela SRE-NV.

Ainda de acordo com o Censo Escolar/2018, nas 54 (cinquenta e quatro) escolas da Rede Estadual, estão efetivamente matriculados 10.856 alunos entre o Ensino Fundamental (I e II), Educação de Jovens e Adultos (EJA), Ensino Médio e Técnico. Em 2018, a referida superintendência contou com as seguintes matrículas de alunos público-alvo da Educação Especial: cegueira (4), baixa visão (37), deficiência física (19), deficiência intelectual (263), deficiência múltipla (13), autismo (11), síndrome de Asperger (3), Transtorno Desintegrativo da Infância (13) e superdotação (1). No caso específico deste estudo de mestrado, há a matrícula de nove (09) alunos surdos e quinze (15) com deficiência auditiva). Totaliza-se 388 (trezentas e oitenta e oito) estudantes com necessidades especiais declaradas.

Para atender às demandas curriculares e o atendimento educacional especializado, a Rede Estadual vinculada à SRE-NV conta com 756 (setecentos e cinquenta e seis) docentes entre o Ensino Regular, Profissional, EJA e AEE, destacando que um mesmo docente pode atuar em mais de uma escola. Mesmo realizando esparsos concursos, a rede de ensino dispõe de significativo percentual de professores contratados em regime de designação temporária.

A Educação Especial conta com 79 (setenta e nove) profissionais atuantes na modalidade de ensino, cumprindo a oferta do atendimento

educacional especializado. Além disso, dispõe de cuidadores, não contabilizados, para zelar pelas necessidades diárias de locomoção, higienização ou alimentação dos alunos, conforme Lei Complementar N° 672/2013. Mesmo que a referida legislação traga as atribuições desses profissionais, muitas vezes, nas escolas, eles assumem atividades de caráter curricular com os estudantes público-alvo da Educação Especial.

Diante dessa realidade, foi desenvolvida a atual pesquisa que se configurou em uma oportunidade de se construir redes dialógicas com profissionais da Educação para se compor reflexões a respeito da Educação de Surdos e a formação continuada de professores. Os momentos de formação são necessários e contribuem para que os profissionais da educação compreendam que a inclusão escolar deve romper com paradigmas e práticas enraizadas trazidas por uma cultura pedagógica excludente, pensada somente para um padrão de sujeito.

Sendo assim, por meio de ações formativas, as práticas docentes encontram maiores respaldos para se renovar visando atender os direitos dos estudantes surdos, de acordo com as potencialidades/necessidades desses sujeitos e não simplesmente resumindo os processos de inclusão na matrícula de um estudante pertencente à modalidade de educação especial.

## O curso

### FORMAÇÃO CONTINUADA NA ÁREA DA SURDEZ PARA PROFISSIONAIS ATUANTES NA SRE DE NOVA VENÉCIA

Prezado Cursista,

Bom tê-lo no Curso de Formação Continuada na Área da Surdez para profissionais atuantes em unidades de ensino vinculadas à Superintendência Regional de Educação de Nova Venécia-ES. O referido curso se organiza por meio de: a) aula inaugural com carga horária de cinco horas; b) quatro módulos de 30 horas cada; c) encontro final de cinco horas para socialização dos trabalhos e avaliação do curso. Perfazendo, assim, uma carga horária total de 130 horas.

A aula inaugural contará com a realização de uma palestra com temática relacionada à Educação de Surdos e explicação da dinâmica formativa proposta pelo curso. Em cada módulo, teremos um encontro presencial de 4 horas para apresentação/discussão da temática e outras 26 horas por meio da realização de leituras e atividades a partir dos pressupostos da Educação a Distância. Essa interação online estará organizada por meio de um blog direcionado ao curso.

Para cada módulo, estará disponível um conjunto de textos/legislações para leituras que subsidiarão o processo formativo, bem como a realização das atividades propostas. Para certificação, é necessário o cumprimento de todas as atividades a distância e frequência regular aos encontros presenciais de no mínimo 75% da carga horária presencial.

A sistematização das atividades de cada módulo se realizará por meio do acompanhamento de um estudo de caso a ser selecionado pelo cursista. Para tanto, cabe a você selecionar o caso de um aluno surdo regularmente matriculado em uma unidade de ensino estadual vinculada à Superintendência Regional de Educação de Nova Venécia-ES para acompanhamento no transcorrer de todo o curso.

A partir deste caso, cada cursista realizará o TFC – Trabalho Final de Curso – que consiste em um documento acadêmico escrito em formato digital, servindo como registro sistemático das questões de estudo, as propostas de ação e as conclusões.

O estudo de caso promoverá diálogos entre o estudante acompanhado na interface com as discussões produzidas em cada módulo do curso. Diante dessa informação, escolha, desde já, o caso que você irá estudar. Coloque-se a pergunta que orientará o seu estudo. Se, você atua numa escola que conta com a matrícula de alunos surdos, será muito bom, porque você já está em campo para fazer as observações e intervenções. Muito interessante desenvolver o hábito de pesquisa e incorporá-lo ao cotidiano do trabalho pedagógico, colhendo, interpretando e correlacionando dados, exercitando a observação (observação participante).

No estudo de caso, você pode usar vários instrumentos de coleta de dados: a) observação; b) entrevista; c) consulta aos registros escolares do aluno; d) entrevista com a família e profissionais da escola; e) intervenções pedagógicas; f) dentre outros.

Realize as leituras indicadas nos módulos, pois a realização do TFC dependerá de suas leituras sobre o tema, até porque a dificuldade de escrita parte da não leitura. Você também pode realizar entrevistas e gravá-las, desde que a pessoa entrevistada concorde. Abandone as certezas a priori.

Adentrar no campo com perguntas, hipóteses e buscar as respostas para elas, na realidade concreta, apoiando-se nas leituras e na observação aguda da realidade, num diálogo entre a teoria e a realidade, ligando o particular e o geral, o que está aparente ao que não está aparente, é essencial para realização de um estudo de caso com excelência.

Tendo em vista que os cursistas farão o trabalho final de curso, individualmente, em dupla ou em até três pessoas, as atividades de cada módulo deverão convergir para realização deste trabalho, num processo cumulativo de pesquisa, estudo teórico, reflexão e análise. É preciso ter muito cuidado, capacidade de percepção para não cair em raciocínios simplificadoros.

Para encerramento do curso, contaremos com uma palestra e a socialização dos TFC pelos cursistas.

Esperamos que o curso agregue mais conhecimentos e que venha contribuir com o direito à Educação para os alunos surdos matriculados nas escolas comum.

Bom trabalho formativo para todos nós.

Se quisermos uma escola inclusiva, precisamos pensar com o outro, precisamos de um processo de reflexão-ação-crítica dos profissionais que fazem o ato educativo acontecer. Se quisermos mudanças significativas nas práticas convencionais de ensino, precisamos pensar na formação continuada dos educadores. [...] a qualificação do professor constitui uma forma de fortalecimento da qualidade do atendimento aos alunos em seu conjunto e da crença dos professores de que podem construir novas alternativas e desenvolver novas competências. (JESUS, 2006, p. 206-207)

# Módulo 1

Carga horária total: 30h  
Carga Horária presencial: 4h  
Carga Horária a distância: 26h

## Direito à educação e escolarização: diálogos com as legislações vigentes e a difusão da Libras nas escolas

Neste primeiro módulo, teremos a oportunidade de aprofundar nossos saberes-fazer acerca da inclusão de estudantes surdos nas escolas comuns, tomando como base o estudo sobre a legislação educacional vigente.

Faremos também leituras sobre a história da escolarização de estudantes surdos, bem como dos pressupostos da Educação Especial na perspectiva inclusiva que culminaram na defesa do direito de matrícula desses estudantes nas escolas de ensino comum e no fomento das legislações vigentes. Para tanto, o aprofundamento teórico sobre a legislação educacional é de suma importância para entendermos que esse processo se configura em um direito legal.

Assim, o módulo se constitui por meio de diálogos com produções teóricas que retratam a história da Educação de surdos, mas também com várias legislações que subsidiam a realização das atividades previstas. Assim, comporemos redes de conversação com a Lei nº. 10.436/02 e o Decreto nº. 5.626/05 que versam propriamente sobre a Língua Brasileira de Sinais, dentre outras legislações relevantes para os processos de escolarização dos alunos e, conseqüentemente, para a formação de professores.

## Ementa

História da Educação de Surdos. Pressupostos da Educação Especial em uma perspectiva inclusiva. Aprofundamento legal sobre a educação de surdos no Brasil, a partir da legislação vigente. O direito à educação na interface com a educação especial como modalidade de ensino.

## Objetivos

**Objetivo geral:** Compreender a história e elementos da legislação educacional vigente essenciais à inclusão dos alunos surdos nas escolas comuns e a difusão da Libras nesses espaços.

### Objetivos específicos:

- Analisar criticamente o processo histórico da Educação de Surdos culminado no Brasil e os pressupostos da Educação Especial em uma perspectiva inclusiva que fundamentam o direito à escolarização para esses sujeitos nas escolas comuns.
- Ampliar a apropriação de conhecimentos sobre as legislações educacionais vigentes para um posicionamento crítico reflexivo frente a inclusão dos alunos surdos nas escolas comuns;
- Refletir sobre o comprometimento de todos os profissionais da educação para a construção de uma inclusão efetiva para o surdo nos espaços escolares com base nas legislações vigentes;
- Discutir a luz da legislação e do contexto atual da inclusão de surdos, desafios e possibilidades que implicam no direito de aprender dos alunos surdos nas escolas comuns, tendo como base o estudo de caso analisado pelo cursista.

## Textos e legislação para leitura obrigatória

Para a condução do módulo 1, os cursistas deverão fazer a leitura prévia dos textos indicados que darão subsídios para a realização das atividades propostas e os debates e reflexões no encontro presencial.

Texto 1 – LACERDA, C.B.F. de. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. Cad. CEDES [online]. 1998, vol.19, n.46, p.68-80. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32621998000300007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000300007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)

Texto 2 – ROPOLI, E. A.; MANTON, M. T. E.; SANTOS M. T. C. T.; MACHADO, R. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Especial: Universidade Federal do Ceará, v. 1., 2010. Parte I e II, p. 7-30.

Texto 3 – BRASIL. Lei nº 12.319, de 01 de setembro de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>

Texto 4 – BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto nº. 5. 625 de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>.

Texto 5 –BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>

Texto 6 – BRASIL, Ministério da Educação. Política pública de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>

Texto 7 – CAMPOS, M.L.I.L. Educação inclusiva para surdos e as políticas vigentes. In: LACERDA, C.B.F.; SANTOS, L.F. (Org.) Tenho um aluno surdo, e agora?: Introdução à LIBRAS e educação de surdos. São Carlos: EdUFSCar, 2014. Cap. 3, p. 37-61.

## Metodologia

Com base nas leituras dos textos e legislações indicadas, o cursista levará para o encontro presencial uma síntese desse material, destacando:

- Marcos histórico do processo de escolarização de surdos;
- Conceituação da educação especial numa perspectiva inclusiva, relacionando-a ao direito à educação para o aluno surdo;
- Definição do AEE – Atendimento Educacional Especializado – e suas ações;
- Os profissionais envolvidos na educação dos surdos e qual a função de cada um deles;
- Conceituação sobre a Libras e a Cultura Surda, estabelecendo relações entre elas com a legislação e o currículo;
- O espaço ocupado pela Libras e a Língua Portuguesa no processo de escolarização dos surdos nas escolas comuns;
- Os desafios e dificuldades vivenciadas na educação dos surdos à luz das legislações vigentes dentro da realidade profissional onde atua.

O tutor apresentará o módulo (objetivo e metodologia) e mediará reflexões coletivas sobre as questões acima elencadas, considerando as leituras propostas e os registros dos cursistas. No encontro, o cursista deverá trazer os destaques feitos durante a leitura para socialização.

Caberá ao tutor conduzir o debate coletivo e procurar sanar as dúvidas sobre as leituras e atividades a serem realizadas no TFC. Cabe a ele, apresentar o blog e sua função, salientando que nele o cursista encontrará os textos e as atividades a serem realizadas.

## Atividades para os alunos

### Estudo de caso

O cursista deverá apresentar o caso, em forma de texto dissertativo-argumentativo, intitulado: Apresentação do caso em análise na interface com a legislação vigente. Para isso, deverá coletar algumas informações por meio de entrevistas e observações contendo os seguintes tópicos:

- Apresentar o aluno escolhido (nome; idade; série; onde mora e a distância de sua casa até a escola; como se desloca para a escola; se já nasceu surdo ou como adquiriu a surdez; o grau de surdez que ele apresenta; se há histórico de reprovação escolar; escolas que já frequentou, ou seja, estaduais, municipais, particulares ou até mesmo em outro município ou estado; se é alfabetizado);
- Analisar a relação desse aluno com a Libras (se usa a Libras como meio de comunicação; é fluente em Libras; com quantos anos aprendeu Libras; quem mais em sua casa sabe Libras; onde e quando ele tem o contato com essa língua e se ele se sente à vontade em usá-la);
- Destacar as redes de apoio que esse aluno possui na escola e como estão organizadas (se possui intérpretes, instrutor e professor de apoio; a frequência na SRM – sala de recursos multifuncional – no contraturno, destacando a carga horária semanal e o tipo de atendimento; se o atendimento na SRM é feito de forma individual ou coletiva; como se dá a sua inclusão na sala de aula regular);
- Compreender a relação desse aluno com o ambiente escolar (relação entre colegas; relação entre professores; a presença da família na escola e no apoio às atividades; a difusão da Libras na escola; se há alunos e/ou outros professores, além do AEE, na condição de ouvintes que compreendem e se comunicam em Libras; organizações feitas pela escola para potencializar a inclusão desse aluno; o currículo e a aprendizagem);
- Problematizar as dificuldades e desafios encontrados na escolarização desse aluno (questionar aos professores que atuam na sala de aula comum com esse aluno sobre seu desempenho escolar, seu nível de aprendizado, sua compreensão da Libras e da Língua Portuguesa; sua autonomia para a realização das atividades escolares; área em que apresenta mais dificuldades em desenvolver seu plano de ensino à esse aluno.);
- Coletar sugestões dos profissionais envolvidos com a escolarização desse aluno, baseadas na vivência que possuem, sobre melhorias que poderiam ser implementadas no seu processo de inclusão de forma a potencializar o aprendizado;
- Problematizar elementos presentes no processo de escolarização do aluno em atendimento à legislação vigente e que outros ferem os pressupostos normativos.

Lembrando que o mesmo caso servirá de análise para todos os módulos desse curso de formação continuada, por isso é muito importante que se faça uma apresentação detalhada do caso, podendo acrescentar informações que não foram sugeridas anteriormente, mas que o cursista considere importante.

O cursista deverá apresentar a relação das questões estudadas e debatidas nos textos bases (descritas na metodologia) com o caso em análise, buscando destacar de que forma cada tópico aparece no caso em questão e apontando os pontos positivos e os desajustes entre o caso e o que foi estudado.

Destacamos que a cada módulo estudado será formulado um novo tópico a compor a análise do caso em questão relacionando à temática de tal módulo.

Ao final do curso, o cursista terá um material rico em informações, embasado por legislações e autores que discutem a inclusão dos alunos surdos em escolas comuns, além de análises embasadas nos textos em interação com a realidade vivida na escola.

Esse material (TFC) será disponibilizado no blog para que todos os cursistas possam ter acesso aos trabalhos dos colegas e assim contribuir com suas reflexões, sugestões e pesquisas para o desenvolvimento da inclusão dos alunos surdos nas escolas vinculadas à SRE de Nova Venécia.

## Textos e legislação para leitura obrigatória

Para a condução do módulo 2, os cursistas deverão fazer a leitura prévia dos textos indicados que darão subsídios para a realização das atividades propostas e os debates e reflexões no encontro presencial.

Texto 1 – BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto nº. 5. 625 de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>.

Texto 2 –BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>

Texto 3 – RODRIGUERO, C.R.B. O desenvolvimento da linguagem e a educação do surdo. *Psicol. estud.* [online]. 2000, vol.5, n.2, pp.99-116. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1413-7372200000200008&lng=en&nrm=iso&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-7372200000200008&lng=en&nrm=iso&tlng=en)

Texto 4 – LODI, A.C.B. Ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para surdos In: LACERDA, C.B.F.; SANTOS, L.F. (Org.) *Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à LIBRAS e educação de surdos*. São Carlos: EdUFSCar, 2014. Cap. 10, p. 165-183.

Texto 5 – LACERDA, C.B.F.; SANTOS, L.F.; CAETANO, J.F. Estratégias Metodológicas para o ensino de alunos surdos In: LACERDA, C.B.F.; SANTOS, L.F. (Org.) *Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à LIBRAS e educação de surdos*. São Carlos: EdUFSCar, 2014. Cap. 11, p. 186-200.

## Metodologia

Com base nas leituras dos textos e legislações indicadas, o cursista levará para o encontro presencial uma síntese desse material, destacando:

- O espaço ocupado pela Libras e a Língua Portuguesa no processo de escolarização dos surdos nas escolas comuns;
- Conceituação de educação bilíngue;
- Comparação de processo de aquisição de linguagem entre surdos e ouvintes;
- Compreensão o diálogo entre as duas línguas, Libras e Língua Portuguesa, no processo de aprendizagem e alfabetização dos alunos surdos;
- Destaque das estratégias e ações metodológicas que facilitem a apropriação do conhecimento pelos alunos surdos, num diálogo entre as duas línguas;
- Compreensão do papel de cada profissional envolvido no processo de desenvolvimento da linguagem para o aluno surdo e a articulação possível entre esses.

O tutor apresentará o módulo (objetivo e metodologia) e mediará reflexões coletivas sobre as questões acima elencadas, considerando as leituras propostas e os registros dos cursistas. No encontro, o cursista deverá trazer os destaques feitos durante a leitura para socialização.

Caberá ao tutor conduzir o debate coletivo e procurar sanar as dúvidas sobre as leituras e atividades a serem realizadas no TFC. Cabe, a ele, relembrar sobre o blog e sua função, salientando que nele o cursista encontrará os textos e as atividades a serem realizadas.

“Ter liberdade linguística é poder perceber o mundo a partir de uma rede de significados equivalentes as estruturas de pensamentos, ser livre para pensar significa entender, viver, contemplar e saber que a vida é composta de várias coisas que devemos conhecer e, conseqüentemente, aprender”. VIEIRA-MACHADO (2010, p. 55-56)

## Atividades para os alunos

### Estudo de caso

O cursista desenvolverá o segundo tópico do estudo de caso em forma de texto dissertativo-argumentativo, intitulado: Alfabetização de surdos na escola comum. Abordagem da Libras e da Língua Portuguesa na escolarização de surdos. Lembrando que o cursista dará continuidade à sua análise através da construção desse tópico, com base no mesmo caso por ele selecionado. Para isso, deverá coletar algumas informações por meio de entrevistas e observações contendo os seguintes tópicos:

- Descrever o nível linguístico do aluno em questão (em Libras: apresenta uma comunicação fluente e com compreensão; em quais momentos utiliza a Libras como forma de expressão e comunicação; fora da escola como é o seu contato com a Libras. Em Língua Portuguesa: escreve e lê com fluência e compreensão, compreende a importância da Língua Portuguesa no seu processo de escolarização)
- Destacar o diálogo entre as duas línguas promovido no ambiente escolar na busca pela autonomia e desenvolvimento do aluno em uma educação bilíngue;
- Destacar as ações metodológicas promovidas no ambiente escolar visando o desenvolvimento linguístico desse aluno em ambas as línguas;
- Problematicar as dificuldades e desafios encontrados na alfabetização do aluno (questionar aos professores que atuam na sala de aula comum e no AEE sobre desempenho escolar, processo de aprendizado, compreensão da Libras e da Língua Portuguesa; autonomia para a realização das atividades escolares; área em que apresenta mais dificuldades em desenvolver seu plano de ensino a esse aluno.)
- Coletar sugestões dos profissionais envolvidos com a escolarização desse aluno, como possibilidades de implementação de ações metodológicas e curriculares que potencializem o seu processo de apropriação das duas línguas com fluência e autonomia;
- Finalizar o texto expondo as expectativas pessoais em relação a sua contribuição no processo de ensino-aprendizagem desse aluno, após a realização desse curso de formação continuada.

O cursista deverá apresentar a relação das questões estudadas e debatidas nos textos bases (descritas na metodologia) com o caso em análise, buscando destacar de que forma cada tópico aparece no caso em questão e apontando os pontos positivos e os desajustes entre o caso e o que foi estudado.

### Avaliação

A avaliação terá cunho qualitativo e tomará como pontos de análise:

- A participação do cursista no encontro presencial.
- O acesso ao blog do curso para realização das leituras e atividades previstas.
- Postagem do Trabalho de conclusão de curso a partir das orientações trazidas no módulo.

O ensino do Português pressupõe a aquisição da Língua de Sinais Brasileira - “a” língua da criança Surda. A língua de sinais também apresenta um papel fundamental no processo de ensino- aprendizagem do Português. A ideia não é simplesmente uma transferência de conhecimento da primeira língua para a segunda língua, mas sim um processo paralelo de aquisição e aprendizagem em que cada língua apresenta seus papéis e valores sociais representados. (QUADROS, SCHMIEDT,2006, p.24)

## Avaliação

A avaliação terá cunho qualitativo e tomará como pontos de análise:

- A participação do cursista no encontro presencial.
- O acesso ao blog do curso para realização das leituras e atividades previstas.
- Postagem do Trabalho de conclusão de curso a partir das orientações trazidas no módulo.

## Textos complementares

BRASIL, Ministério da Educação. Decreto 7611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d\\_7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d_7611.htm)>

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Nº 9394/96. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>

LACERDA, C. B. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago. 2006 163 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br/>



Formação em Libras, com a presença de convidado surdo para relatar suas experiências e necessidades dentro do ambiente escolar.



## Módulo 2

Carga horária total: 30h  
Carga Horária presencial: 4h  
Carga Horária a distância: 26h

### Alfabetização de surdos na escola comum: abordagem da Libras e da Língua Portuguesa na escolarização de surdos

Prezado (a) cursista,

Neste segundo módulo, daremos continuidade no aprofundamento dos nossos saberes-fazer acerca da inclusão de estudantes surdos nas escolas comuns, tomando como base o processo de alfabetização desses sujeitos e a abordagem da Libras e da Língua Portuguesa.

Esse segundo módulo se constitui por meio de diálogos entre produções teóricas que discutem a alfabetização de surdos e a realidade escolar, perpassando também sobre as legislações já estudadas no módulo 1 que embasam essa prática como um direito conquistado pelos surdos em seu processo de escolarização e apropriação da linguagem.

Dessa forma, comporemos redes de conversação com textos indicados sobre a temática, alguns destaques da Lei nº. 10.436/2002 e o Decreto nº. 5.626/2005 que versam propriamente sobre a Língua Brasileira de Sinais e a tradução desses conceitos e legislações na prática da alfabetização de surdos.

## Ementa

Políticas linguísticas: reconhecimento da língua brasileira de sinais, enquanto língua nacional e como meio legal de expressão e comunicação para os surdos. Apropriação da linguagem para crianças surdas. O processo de escolarização do aluno surdo na escola comum. Ações metodológicas e curriculares a serem desenvolvidas na alfabetização de alunos surdos.

## Objetivos

**Objetivo geral:** Compreender os elementos presentes no processo de alfabetização e escolarização de alunos surdos nas escolas comuns e como se dá o processo de apropriação da Libras, como primeira língua, e Língua Portuguesa, como segunda língua, na modalidade escrita, considerando todos os elementos que atravessam os processos de ensino-aprendizagem.

### Objetivos específicos:

- Ampliar a apropriação de conhecimentos sobre a educação de surdos como um direito legal, reconhecendo a Libras como meio de expressão e comunicação e, como decorrência, o desenvolvimento de práticas de ensino nos espaços escolares, garantindo, assim, uma educação bilíngue;
- Compreender o processo de desenvolvimento da linguagem em crianças surdas, estabelecendo um diálogo entre as duas línguas: Libras e Língua Portuguesa;
- Refletir sobre a apropriação de outra língua por parte do aluno surdo incluído numa escola de ouvintes.
- Analisar as diversas possibilidades metodológicas e parcerias com os demais profissionais do atendimento educacional especializado destinado ao surdo, sobre a construção do conhecimento e do processo de alfabetização e aquisição de duas línguas.

## Textos complementares

BRASIL, Ministério da Educação. Política pública de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, 2008. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politica\\_educ ESPECIAL.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politica_educ ESPECIAL.pdf)

BORGES, C.L.; SALOMÃO RIBEIRO, N.M. Aquisição da Linguagem: Considerações da Perspectiva da Interação Social. Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 16, núm. 2, 2003, pp. 327-336 Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre, Brasil. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v16n2/a13v16n2.pdf>

DORZIAT, A. Sugestões docentes para melhorar o ensino de surdos. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.108, p.183-198, nov. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n108/a08n108.pdf>

QUADROS, R. M. de. O bi do bilingüismo na educação de surdos In: Surdez e bilingüismo. 1 ed. Porto Alegre : Editora Mediação, 2005, v.1, p. 26-36.

QUADROS, R. M.; SCHMIEDT, M. L. P. Ideias para ensinar português para alunos surdos. Brasília: MEC, SEESP, 2006.



Utilização da Língua Portuguesa para compreender enunciados e realizar atividades propostas.



Compreendendo textos sinalizados em Libras e recontando-os em Língua Portuguesa.

## Módulo 3

Carga horária total: 30h  
Carga Horária presencial: 4h  
Carga Horária a distância: 26h

### Redes de apoio: articulação do AEE com a sala de aula, as atribuições e contribuições na escolarização dos surdos

Prezado (a) cursista,

Neste terceiro módulo, voltamos nossos olhares para as redes de apoio e suas possibilidades de articulação com a sala de aula comum, visando o processo de inclusão de alunos surdos em escolas comuns. Para tanto, aprofundaremos nossos saberes-fazeres, buscando refletir sobre a atuação dos diferentes profissionais, de forma a atender o direito de acesso aos currículos e as especificidades de aprendizagem trazidas pelos estudantes surdos para as ações pedagógicas cotidianas.

Basearemos nossas reflexões em leituras sobre a o AEE, ou seja, sua finalidade, possibilidades de organização, modos de atuação dos profissionais desses serviços em articulação com o ensino regular, considerando o direito à educação dos surdos nas escolas comuns.

Dessa forma, o módulo se constitui por meio de diálogos com produções teóricas voltadas a compreender a realização do atendimento educacional especializado, visando novos modos de repensar a prática pedagógica, por meio da formação de professores.

### Ementa

Histórico do Atendimento Educacional Especializado na Educação. As funções do atendimento educacional especializado (em geral e na escolarização de surdos). As salas de recursos multifuncionais como espaço-tempo de realização do AEE. As possibilidades de organização do AEE. A articulação entre o AEE e a sala de aula comum. O desenvolvimento de práticas colaborativas entre os professores. A atuação dos profissionais do AEE da área da surdez no contexto da escola inclusiva.

### Objetivos

**Objetivo geral:** Compreender a historicidade do AEE, sua composição e suas possibilidades de articulação com a sala de aula regular no processo de escolarização de alunos surdos nas escolas comuns.

**Objetivos específicos:**

- Compreender as possibilidades de organização do AEE no que diz respeito à inclusão de alunos surdos nas escolas comuns;
- Analisar a função de cada profissional envolvido no processo de inclusão dos alunos surdos;
- Ampliar a apropriação de conhecimentos sobre as possibilidades de atuação colaborativa no processo de escolarização de alunos surdos;
- Conhecer as experiências positivas de trabalho colaborativo entre sala de aula regular e AEE para surdos;
- Debater sobre as experiências vividas nos contextos de atuação dos profissionais envolvidos na formação, relacionando-as com as propostas estudadas sobre a inclusão dos alunos surdos nas escolas comuns.

## Textos e legislação para leitura obrigatória

Para a condução do módulo 3, os cursistas deverão fazer a leitura prévia dos textos indicados que darão subsídios para a realização das atividades propostas e os debates e reflexões no encontro presencial.

Texto 1 – KASSAR, M. de C. M.; REBELO, A. S. O “especial” na educação, o atendimento especializado e a educação especial. In: Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial. Prática Pedagógica na Educação Especial: Multiplicidade do Atendimento Educacional Especializado, 6., 2011, Nova Almeida. 2011. Anais... Nova Almeida: SNPEE, 2011. v. 1, p. 1-17

Texto 2 – DAMÁZIO, M. F. M. Atendimento Educacional Especializado – Pessoa com Surdez. SEESP/SEED/MEC. Brasília: DF, 2007. Capítulo III. p. 25-46

Texto 3 – LUZ L. F. da, DINIZ J. C., LAFONTAINE T. C. Atendimento Educacional Especializado para alunos surdos: uma análise sobre a formação do profissional da sala de recursos. Anais VIII FIPED. V. 1, editorarealize.com.br, 2016. Disponível em: [https://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/TRABALHO\\_EV057\\_MD1\\_SA6\\_ID3531\\_30092016214253.pdf](https://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/TRABALHO_EV057_MD1_SA6_ID3531_30092016214253.pdf)

Texto 4 – SOUZA, R. de A.; GALVARRO, R. B. S. O surdo e o atendimento educacional especializado em sala de recursos multifuncionais: análise comparativa entre o posto e o feito. Revista Primeira Escrita, Aquidauana, n. 2, p. 62-77, dez. 2015. Disponível em: <http://seer.ufms.br/index.php/revpres/article/view/1026>

Texto 5 – BAPTISTA, C. R. Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. Rev. bras. educ. espec. [online]. 2011, vol.17, n.spe1, pp.59-76. ISSN 1413-6538. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382011000400006&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382011000400006&script=sci_abstract&tlng=pt)

## Metodologia

Com base nas leituras dos textos e legislações indicadas, o cursista levará para o encontro presencial uma síntese desse material, destacando:

- A linha do tempo sobre os diferentes encaminhamentos normativos e pedagógicos adotados para a oferta do AEE na Educação brasileira;
- Definição de papéis que cada profissional desempenha no processo de escolarização de alunos surdos na escola comum;
- Conceituação de AEE – Atendimento Educacional Especializado – e suas possibilidades de ação no processo de escolarização dos alunos surdos em escolas comuns;
- As possibilidades de articulação entre o AEE e a sala de aula regular;
- Os desafios que marcam a oferta dos serviços de AEE, assim como a ação dos educadores especializados e o reconhecimento desses como parte fundamental no que diz respeito à oferta de serviço complementar à atuação pedagógica para alunos surdos nas escolas comuns;
- As salas de recursos multifuncionais como um dos espaços de atendimento especializado, destacando as diferenças/interdependência entre esse espaço e a sala de aula regular frente à educação de surdos;
- A importância da articulação entre o AEE e o ensino regular na escolarização de alunos surdos.

O tutor apresentará o módulo (objetivo e metodologia) e mediará reflexões coletivas sobre as questões acima elencadas, considerando as leituras propostas e os registros dos cursistas. No encontro, o cursista deverá trazer os destaques feitos durante a leitura para socialização.

Caberá ao tutor conduzir o debate coletivo e procurar sanar as dúvidas sobre as leituras e atividades a serem realizadas no TFC. Cabe, a ele, apresentar o blog e sua função, salientando que nele o cursista encontrará os textos e as atividades a serem realizadas.

## Atividades para os alunos

### Estudo de caso

O cursista retomará o caso que conduz seu TFC, buscando compor um texto dissertativo-argumentativo sobre a oferta do AEE para a situação em tela.

Esse texto apresenta-se como o terceiro tópico que compõe o TFC. Portanto, o cursista poderá recorrer a momentos de observação e consulta a seus pares, analisando o dia-a-dia do aluno (escolhido para o acompanhamento do estudo de caso), contemplando os seguintes pontos:

- Apresentar os atendimentos que esse aluno possui e a organização deles no contexto escolar (atendimento na sala de aula regular e no contraturno; organização dos horários de atendimento no contraturno na SRM; os modos como os atendimentos são realizados; a elaboração do Plano de AEE; a frequência do aluno no contraturno, dentre outras);
- Destacar as redes de apoio existentes e sua importância no que diz respeito à aprendizagem do aluno. É importante conhecer o parecer dos profissionais do regular e do atendimento especializado sobre o desenvolvimento do aluno, a partir dos atendimentos oferecidos;
- Destacar as ações pedagógicas desenvolvidas pela escola, em destaque para o ensino da Libras e do Português escrito, além daquelas voltadas para acesso ao currículo comum, destacando a colaboração entre o AEE e a sala de aula comum;
- Analisar a compreensão que os profissionais do regular apresentam a respeito do AEE; das funções a serem assumidas por cada profissional envolvido no processo; dos atendimentos realizados com os alunos.
- Coletar sugestões sobre as ações que a escola realiza para articular o trabalho do ensino regular com o AEE na escolarização dos estudantes surdos;
- Finalizar o texto expondo as expectativas pessoais em relação a sua contribuição no processo de ensino-aprendizagem desse aluno, após a realização desse curso de formação continuada, em diálogo com as leituras indicadas como obrigatórias.

O cursista deverá apresentar em seu texto um paralelo entre as questões analisadas e o debate realizado no encontro presencial, levando em consideração os tópicos relacionados para análises contidos nos objetivos e metodologias desse módulo. É fundamental que finalize com sua contribuição para a temática baseada em sua experiência e os atravessamentos que as leituras propostas causaram.

## Avaliação

A avaliação terá cunho qualitativo e tomará como pontos de análise:

- A participação do cursista no encontro presencial.
- O acesso ao blog do curso para realização das leituras e atividades previstas.
- Postagem do Trabalho de conclusão de curso a partir das orientações trazidas no módulo.

Todo o trabalho de AEE nas SRM deve ser estruturado conjuntamente pelos professores que ministram aulas de Libras, aulas em Libras, professor de Língua Portuguesa para pessoas com surdez e professor de classe comum. Estes devem fazer o planejamento coletivo definindo o conteúdo curricular, selecionando, elaborando ou confeccionando os recursos didáticos respeitando as diferenças entre os alunos surdos, e o mais importante, estes recursos devem ser riquíssimos no aspecto visual. Os atuantes do AEE em SRM que atendem surdos precisam ter o conhecimento profundo sobre todos os elementos inerentes e as especificidades destes sujeitos, isso é fundamental. (SOUZA; GALVARRO, 2015, p. 70).

## Textos complementares

BRASIL, Ministério da Educação. Decreto 7611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Resolução 4/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf). Acesso em 07 ago. 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. Sala de recursos Multifuncionais. Espaço para atendimento educacional especializado. Brasília, DF: [s.n.], 2008. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=9936-manualorientacao-programa-implantacao-salas-recursos-multifuncionais&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9936-manualorientacao-programa-implantacao-salas-recursos-multifuncionais&Itemid=30192).

A utilização de jogos nas aulas de LIBRAS como em qualquer outro âmbito de ensino, é parte imprescindível no aprendizado dos educandos, pois busca levar a eles uma aprendizagem prazerosa, ao mesmo tempo que facilita o trabalho do educador, pois através dos jogos, pode ser feita facilmente uma análise do modo de pensar dos educandos para ajudá-los a compreender os conteúdos escolares e superar suas dificuldades, mesmo porque a LIBRAS para muitos é uma língua totalmente nova. (Pimentel, 2014, p.07)



Articulação do trabalho entre Sala de Recursos Multifuncional e sala de aula - Confeção de materiais utilizando Sinais em Libras e seu significado em Língua Portuguesa para apropriação do conhecimento de forma significativa.



## Módulo 4

Carga horária total: 30h  
Carga Horária presencial: 4h  
Carga Horária a distância: 26h

### Currículo, práticas pedagógicas e avaliação: desafios e tensões na escolarização de surdos

Prezado(a) cursista,

Neste quarto e último módulo, aprofundaremos nossos saberes-fazer sobre a inclusão de estudantes surdos nas escolas comuns, acerca da perspectiva dos currículos, das práticas pedagógicas e dos processos de avaliação.

Reconhecemos a necessidade de que essas temáticas sejam potentemente desenvolvidas dentro dos espaços escolares, com ações bem elaboradas e analisadas constantemente, possibilitando explorar as capacidades dos alunos e o acesso aos currículos, por meios de métodos e estratégias didáticas pertinentes às suas necessidades e que proporcionem a apropriação do conhecimento de forma significativa. Para isso, é importante fortalecer a constituição de currículos vivos e as relações de trocas e experiências culturais, possibilitando o diálogo entre os diversos saberes.

Diante do exposto, neste módulo, dialogaremos sobre produções teóricas, legislações e o que a realidade escolar nos revela sobre as temáticas em tela, proporcionando debates e reflexões que afete nosso posicionamento frente ao direito de aprender dos alunos surdos, situação que perpassa pelos currículos, pelas práticas pedagógicas e pelos processos de avaliação da aprendizagem.

### Ementa

Os currículos escolares na interface com os processos de escolarização dos alunos surdos nas escolas comuns. As práticas pedagógicas no âmbito da educação de surdos. Os processos de avaliação da aprendizagem e de larga escala e seus impactos nos processos de ensino-aprendizagem de alunos surdos.

### Objetivos

**Objetivo geral:** Compreender a importância de se compor currículos, práticas pedagógicas e processos de avaliação que levem em consideração os processos de ensino-aprendizagem de estudantes surdos matriculados em escolas comuns.

**Objetivos específicos:**

- Analisar as diversas possibilidades de trabalho com os currículos escolares em salas de aula que contam com a matrícula de estudantes surdos;
- Compreender criticamente a necessidade do planejamento e do trabalho com práticas pedagógicas mais inclusivas que considerem o direito de aprendizagem dos alunos surdos, estabelecendo diálogos entre a Libras e Língua Portuguesa e os demais componentes curriculares;
- Refletir sobre os processos avaliativos e elementos a serem considerados em relação à avaliação dos alunos surdos;
- Dialogar sobre as experiências vividas nos contextos de atuação, apontando possibilidades de repensar o desenvolvimento do currículo, práticas pedagógicas e avaliativas.

## Textos e legislação para leitura obrigatória

Para a condução do módulo 4, os cursistas deverão fazer a leitura prévia dos textos indicados que darão subsídios para a realização das atividades propostas e os debates e reflexões no encontro presencial.

Texto 1 – ANDRÉ, M. A pedagogia das diferenças. In: ANDRÉ, M. (org.). Pedagogia das Diferenças na sala de aula. 9ª ed. Campinas, SP. Ed. Papirus, 1999.

Texto 2 – FORMOZO, D. P. Currículo e educação de surdos. Faculdade de Educação. Dissertação de Mestrado em Educação. Pelotas, RS: Universidade Federal de Pelotas – UFPel, 2008. Capítulo IV - CURRÍCULO SURDO, p. 72-86.

Texto 3 – ANDRÉ, M.; DARSIE, M. M. P. Novas Práticas de avaliação e a escrita do diário: atendimento às diferenças. In: ANDRÉ, M. (org.). Pedagogia das Diferenças na sala de aula. 9ª ed. Campinas, SP. Ed. Papirus, 1999.

Texto 4 – BREGONCI, A. M. A Língua de Sinais e a aquisição do português escrito: ferramentas necessárias para o letramento e a emancipação dos sujeitos surdos. In: VICTOR, S. L. [et. al] (orgs.). Práticas bilíngues: caminhos possíveis na educação dos surdos – Vitória, ES: GM, 2010.

Texto 5 – TEIXEIRA, K. C. Olhar a surdez como diferença – possibilidade de mudança no contexto inclusivo. In: VICTOR, S. L. [et. al] (orgs.). Práticas bilíngues: caminhos possíveis na educação dos surdos – Vitória, ES: GM, 2010.

## Metodologia

Com base nas leituras dos textos indicados, o cursista levará para o encontro presencial uma síntese desse material, destacando:

- A importância de se repensar os currículos visando o direito de aprender dos alunos surdos;
- A necessidade de acessibilidade ao currículo visando práticas pedagógicas e processos de avaliação que considerem as necessidades dos alunos surdos nas escolas regulares;
- Estratégias e ações que podem possibilitar o acesso ao currículo pelos alunos surdos sem estabelecer pré-conceitos de inferioridade e incapacidade.
- As diversas possibilidades de se avaliar os alunos surdos nas escolas comuns.

O tutor apresentará o módulo (objetivo e metodologia) e mediará reflexões coletivas sobre as questões acima elencadas, considerando as leituras propostas e os registros dos cursistas. No encontro, o cursista deverá trazer os destaques feitos durante a leitura para socialização.

Caberá ao tutor conduzir o debate coletivo e procurar sanar as dúvidas sobre as leituras e atividades a serem realizadas no TFC. Cabe, a ele, lembrar sobre o blog e sua função, salientando que nele o cursista encontrará os textos e as atividades a serem realizadas.

Necessitamos construir a emancipação a partir de uma nova relação entre o respeito da igualdade e o princípio do reconhecimento da diferença.  
(SANTOS, 2010, p. 62)

## Atividades para os alunos

### Estudo de caso

O cursista desenvolverá o último tópico do estudo de caso em forma de texto dissertativo-argumentativo com abordagem sobre currículo, práticas pedagógicas e avaliação: desafios e tensões na escolarização de surdos. Vale lembrar que o cursista dará continuidade à construção do seu TFC, com base no mesmo caso por ele analisado desde o início do curso. Portanto, deverá coletar algumas informações compondo os seguintes tópicos:

- Destacar como os professores e a escola compreendem e praticam os currículos e compõem arranjos para torná-lo acessível aos estudantes surdos.
- Relacionar ações desenvolvidas na turma e/ou na escola que possibilitem a inserção da Libras no currículo da turma em que o aluno se encontra matriculado.
- Sinalizar as práticas pedagógicas realizadas com intuito de atender a necessidade do surdo na sala de aula comum.
- Problematizar questões que transversalizam o processo de avaliação dos alunos surdos. Novos arranjos avaliativos compostos pelos professores; dificuldades que atravessam a avaliação desses sujeitos; situações avaliativas que respeitam a condição da surdez, destaque para processos avaliativos mais acessíveis.
- Finalizar o texto expondo as expectativas pessoais em relação a sua contribuição no processo de ensino-aprendizagem desse aluno, após a realização desse curso de formação continuada.

O cursista deverá apresentar a relação sobre as temáticas em tela, os estudos realizados, os debates na aula presencial e de que forma atravessam o caso analisado, destacando os pontos positivos e os desajustes.

## Avaliação

A avaliação terá cunho qualitativo e tomará como pontos de análise:

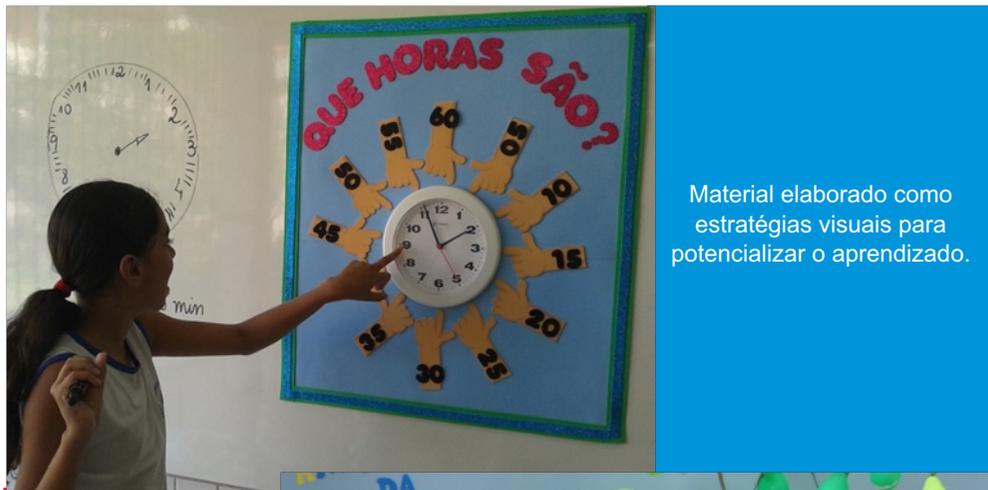
- A participação do cursista no encontro presencial.
- O acesso ao blog do curso para realização das leituras e atividades previstas.
- Postagem do Trabalho de conclusão de curso a partir das orientações trazidas no módulo.

## Textos complementares

SACRISTÁN, G.; GÓMEZ, P. A. I. Compreender e transformar o ensino. 4 ed. São Paulo: Artmed, 1998. Capítulo 8, p.197-231

QUADROS, R. M.; SCHMIEDT, M. L. P. Ideias para ensinar português para alunos surdos. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

[...] o desafio que se coloca para a escola é trabalhar o currículo em diálogo com a diversidade humana. Assim, a tarefa é garantir que todos tenham acesso ao conhecimento, precisando que as diferenças sejam respondidas com metodologia adequada, propostas que não segreguem os alunos em categorias e articulação dos serviços disponíveis à escolarização desses sujeitos. (VIEIRA, 2012, p.170)



Material elaborado como estratégias visuais para potencializar o aprendizado.



Apresentações em Libras, em conjunto com a turma, desenvolvendo interpretação e compreensão de textos.

## Algumas considerações

O produto educacional (parte deste estudo de mestrado) objetiva fortalecer o direito à educação dos surdos. Não é apenas o fato de se efetivar a matrícula dos alunos e contratar profissional que garante o direito à educação para esses sujeitos, sendo necessários outros movimentos: o conhecimento sobre as legislações que embasam os processos de inclusão escolar; a ampliação dos olhares sobre a inclusão, tendo como base autores pesquisadores da área; as necessidades dos sujeitos em processos de inclusão e um olhar além de condição de surdez; as possibilidades de articulações entre os profissionais da escola e a organização escolar para superar os desafios decorrentes desse processo.

Além dos elementos apresentados, também há de se considerar: o acesso aos currículos escolares, com métodos e recursos pertinentes; o desenvolvimento de práticas pedagógicas que possibilitem o acesso e a apropriação dos diversos saberes, permitindo que os demais conhecimentos dialoguem com os saberes dos surdos num espaço comum; propostas avaliativas que levem em consideração as trajetórias dos alunos dentro do currículo e não apenas focado em desenvolvimento da Língua Portuguesa e da Libras; as possibilidades e capacidades dos estudantes surdos, respeitando-os como sujeitos de direitos e potencialidades e não como deficientes.

Por isso, este material traz a sistematização de uma proposta de formação continuada que está aberta para contemplar as várias realidades em que ela pode ser implementada. Apostar na formação dos professores significa fortalecer o compromisso educacional para com o direito de aprendizagem dos alunos. Um professor que alia a teoria e a prática em prol do aprendizado coletivo, considerando que todos são capazes de aprender é o compromisso assumido por escolas inclusivas. Por isso, a formação continuada se coloca como uma das bases das políticas de inclusão escolar de estudantes público-alvo da Educação Especial e um respeito à profissionalidade docente que necessita ampliar constantemente seus saberes-fazeres para fazer da Educação um lugar de encontros e de partilhas, conforme ensina Meirieu (2002).

A voz dos surdos são as mãos e os corpos que pensam, sonham e expressam. As línguas de sinais envolvem movimentos que podem parecer sem sentido para muitos, mas que significam a possibilidade de organizar as idéias, estruturar o pensamento e manifestar o significado da vida para os surdos. Pensar sobre a surdez requer penetrar no “mundo dos surdos” e “ouvir” as mãos que, com alguns movimentos, nos dizem o que fazer para tornar possível o contato entre os mundos envolvidos, requer conhecer a 'língua de sinais'. Permita-se 'ouvir' essas mãos, pois somente assim será possível mostrar aos surdos como eles podem “ouvir” o silêncio da palavra escrita (QUADROS, 1997, p. 119).

[...] é relevante pensar em uma pedagogia que atenda as necessidades dos alunos surdos que se encontram imersos no mundo visual e apreendem, a partir dele, a maior parte das informações para construção de seu conhecimento [...]. Assim, para favorecer a aprendizagem do aluno surdo, não basta apenas apresentar os conteúdos em libras, é preciso explicar os conteúdos de sala de aula utilizando toda a sua potencialidade visual que essa língua tem. (LACERDA, SANTOS E CAETANO, 2014, p. 186):

# Referências

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.
- \_\_\_\_\_, Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Nº 9394/96.
- \_\_\_\_\_, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto nº. 5. 625 de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 de abril de 2018.
- \_\_\_\_\_, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- ESPÍRITO SANTO, Lei Complementar Nº 672 de 28 de fevereiro de 2013
- JESUS, D. M. de. Formação continuada: construindo um diálogo entre teoria, prática, pesquisa e educação inclusiva. In: JESUS, Denise M. de; BAPTISTA, C. R.; VICTOR, S. L. (Org.). Pesquisa e educação especial: mapeando produções. Vitória: EDUFES, 2006. p. 203-218.
- \_\_\_\_\_, D. M. de. O que nos Impulsiona a Pensar a Pesquisa-Ação Colaborativo-Crítica como Possibilidade de Instituição de Práticas mais Inclusivas? In: BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. R. M.; JESUS, D. M. de (Org.). Educação Especial: diálogo e pluralidade. Porto Alegre: Mediação, 2008. p. 139-159.
- LACERDA, C. B. F. de; POLETTI, J. E. A escola inclusiva para surdos: a situação singular do intérprete da Língua de Sinais. Reunião da 27ª ANPED, Caxambu, 2004. (disponível em CDRom).
- LACERDA, C. B. F. de; SANTOS, L. F. dos; CAETANO, J. F. Estratégias Metodológicas para o ensino de alunos surdos In: LACERDA, C. B. F. de; SANTOS, L.F. (Org.) Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à LIBRAS e educação de surdos. São Carlos: EdUFSCar, 2014. Cap. 11, p. 186-200.
- LOPES, A. C. Pensamento e política curricular – entrevista com William Pinar. In: LOPES, A. C.; MACEDO, E. Políticas de currículo em múltiplos contextos. São Paulo: Cortez, 2006b.
- LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
- MEIRIEU, P. A pedagogia entre o dizer e o fazer: a coragem de recomeçar. Tradução de Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- \_\_\_\_\_, P. O cotidiano da escola e da sala de aula: o fazer e o compreender. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- PIMENTEL, I.F. Jogos adaptados utilizados como recurso pedagógico facilitador para o ensino de libras em Castanhal-PA. Congresso Internacional de Educação e Inclusão, 2014.
- QUADROS, R. M. de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- \_\_\_\_\_, R. M. de. O bi do bilingüismo na educação de surdos In: Surdez e bilingüismo. 1 ed. Porto Alegre : Editora Mediação, 2005, v.1, p. 26-36.
- QUADROS, R. M; SCHMIEDT, M. L. P. Ideias para ensinar português para alunos surdos. Brasília: MEC, SEESP, 2006.
- SANTOS, B. de S. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. 3. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010
- SOUZA, R. de A.; GALVARRO, R. B. S. O surdo e o atendimento educacional especializado em sala de recursos multifuncionais: análise comparativa entre o posto e o feito. Revista Primeira Escrita, Aquidauana, n. 2, p. 62-77, dez. 2015.
- VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- VIEIRA, A. B. Currículo e Educação Especial: as ações da escola a partir dos diálogos cotidianos. 2012. 326 f.: Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal. do Espírito Santo, Vitória, 2012.
- \_\_\_\_\_, A. B. Práticas pedagógicas e formação continuada de professores no ensino da língua materna: contribuições para a inclusão escolar. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.
- VIEIRA-MACHADO, L. M. da C. Os surdos, os ouvintes e a escola: narrativas, traduções e histórias capixabas. Vitória: EDUFES, 2010.



UFES



mestrado profissional  
ppgmp/ufes

Arte & Montagem  
Wenderson Mação Pereira